



## EDITAL Nº 90097/2024

Processo nº 48086.005278/2023-00

CÓDIGO UASG: 495130

**OBJETO:** Contratação de serviços prestados por empresa seguradora, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

**LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/RESERVA DE COTA ME/EPP:** NÃO será concedido tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, conforme inciso VIII, do parágrafo 4º, do art. 3º, da Lei nº 123/2006.

**DATA E HORÁRIO DA SESSÃO:** 17.09.2024 as 10:00 hs, exclusivamente por meio do Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) – <https://www.gov.br/compras>

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço

**FORMA DE ADJUDICAÇÃO:** Por Grupo

**ORÇAMENTO SIGILOSO:** não

**PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA/DOCUMENTAÇÃO:** Até 3 (três) horas após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

**INTERVALOS OBRIGATÓRIOS:**

Mínimo de diferença de valores entre os lances: **R\$ 1.000,00 (um mil reais) do valor unitário de cada item**

Mínimo de tempo (em segundos) entre os lances enviados pela mesma empresa licitante: **10 (dez) segundos**

Mínimo de tempo (em segundos) entre o lance de uma empresa licitante e o melhor lance registrado na disputa: **20 (vinte) segundos**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Pregoeiro: **Arlindo José de Carvalho Júnior**

e-mail : [pregoeirorj@sgb.gov.br](mailto:pregoeirorj@sgb.gov.br) com cópia [arlindo.junior@sgb.gov.br](mailto:arlindo.junior@sgb.gov.br)

Tel.: **(21) 25460265 ou (21) 981681697**

Endereço: **Av. Pasteur nº 404 – Urca – DEAMP /DIMATE – CEP: 22290-255 – Rio de Janeiro –RJ**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico.

**EDITAL:** Disponível nas páginas [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br)

**FUNDAMENTO LEGAL:** O presente certame reger-se-á pelas disposições da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME.

**SUMÁRIO**

[DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES](#)

[DO OBJETO](#)

[DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL](#)

[DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO](#)

[DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET](#)

[DO REGULAMENTO OPERACIONAL](#)

[DA PARTICIPAÇÃO](#)

[DO ENVIO DA PROPOSTA](#)

[DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)

[DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA](#)

[DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO](#)

[DA CONSULTA AOS CADASTROS DE PESSOAS SUSPENSAS, IMPEDIDAS DE CONTRATAR OU DECLARADAS INIDÔNEAS](#)

[DA HABILITAÇÃO](#)

[DA SUSPENSÃO E DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA](#)  
[DOS RECURSOS E DOS PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO](#)  
[DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO](#)  
[DA CONTRATAÇÃO](#)  
[DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS](#)  
[DO RECEBIMENTO](#)  
[DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO](#)  
[DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)  
[DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO\(S\) SERVIÇO\(S\)](#)  
[DAS DISPOSIÇÕES FINAIS](#)

**ANEXOS**

[TERMO DE REFERÊNCIA](#)  
[MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE](#)

**EDITAL**

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904 e **Escritório do Rio de Janeiro - ERJ**, localizado na Av. Pasteur nº 404 – Urca CEP: 22290-255 – Rio de Janeiro – RJ, CNPJ: 00.091.652/0002-60, por intermédio de seu Pregoeiro Arlindo Jose de Carvalho Junior designado pelo Ato nº 222/PR/2023 de 19.09.2023, do Sr. Diretor-Presidente, torna público aos interessados, que realizará, na data, horário acima indicados, licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para contratação do objeto abaixo descrito, de acordo com as disposições da Lei nº 13.303, de 30/06/2016; do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM; da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06/10/2015; e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME, e com os termos deste Edital e seus Anexos.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. A presente licitação será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), mediante inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET) – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.3. As instruções estabelecidas neste Edital de Licitação determinam os procedimentos que orientarão o presente Processo Licitatório. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das disposições legais acima especificadas, não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas nos documentos de habilitação e/ou propostas.
- 1.4. Não será concedido tratamento diferenciado e simplificado para ME e EPP, conforme inciso VIII, do parágrafo 4º, do art. 3º, da Lei nº 123/2006.
- 1.5. O valor estimado para a contratação, constar expressamente do item 23 deste edital.

**2. DO OBJETO**

- 2.1. Contratação de serviços prestados por empresa seguradora, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme as especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.
- 2.2. O objeto da licitação será dividido em item(ns) ou grupo(s), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. Na hipótese da divisão do objeto em grupo(s), o licitante deve oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.3. O regime de execução dos serviços encontra-se previsto no Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.

**3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por e-mail, dirigido ao(à) pregoeiro(a), no endereço eletrônico localizado na página 1 deste instrumento convocatório.
- 3.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do documento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 3.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo não serão aceitos.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.5. As impugnações e as solicitações de esclarecimentos serão respondidas diretamente no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) para consulta por qualquer interessado e vincularão os participantes e a CPRM.
- 3.6. É de responsabilidade exclusiva do interessado manter-se atualizado quanto a qualquer alteração ou esclarecimento sobre o Edital, através de consulta permanente ao sítio acima indicado.
- 3.7. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 4.1. Poderão participar do presente certame licitatório, os interessados que atenderem as exigências contidas neste Edital e seus anexos, cuja atividade empresarial abranja o objeto desta Licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 4.2. A participação será pela **DISPUTA EXCLUSIVA PARA AS SOCIEDADES SEGURADORAS**, devidamente registradas na SUSEP, nos termos do art. 36 do Decreto-Lei nº 73/66.
- 4.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para o recebimento das propostas.
- 4.4. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do procedimento, os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
  - a) corretoras de seguro, sendo admitida apenas a participação das seguradoras diretamente por força do disposto no Acórdão 600/2015 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU e, nos termos do art. 16 do Decreto nº 60.459/67, que regulamenta o Decreto-Lei nº 73/66.
  - b) a pessoa jurídica cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CPRM.
  - c) a pessoa física ou jurídica cumprindo penalidade de suspensão de participação em Licitação e impedimento de contratar com a CPRM.
  - d) a pessoa física ou jurídica declarada inidônea pela União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
  - e) pessoa física ou jurídica autora do termo de referência, anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
  - f) a pessoa jurídica constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea.
  - g) a pessoa jurídica cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea.

- h) a pessoa jurídica constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- i) a pessoa jurídica cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.
- j) a pessoa jurídica que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- k) o empregado, dirigente da CPRM ou autoridade da União, como pessoa física.
- l) o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, do(a):
  - k1) dirigente da CPRM.
  - k2) empregado da CPRM cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação.
  - k3) autoridade da União.
  - k4) pessoa física autora do Termo de Referência.

m) a pessoa jurídica cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CPRM há menos de 6 (seis) meses.

n) pessoas físicas, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, proibidas de contratar com o Poder Público por Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 02/06/1992.

o) sob concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

p) possuírem em seu Ato Constitutivo finalidade ou objeto incompatível com o objeto deste Pregão.

q) sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no país.

r) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CPRM ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

s) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.5. O impedimento de que tratam as alíneas “c”, “d”, “f”, “g”, “h”, “i” e “j” do subitem 4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. A critério da CPRM e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se refere a alínea “d” do subitem 4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da CPRM.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10. Como condição para participação no Pregão, o LICITANTE assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.10.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

4.10.2. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o LICITANTE não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.10.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.10.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4.10.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da [Constituição da República](#);

4.10.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.10.7. que goza da preferência de que trata o [Decreto nº 7.174, de 12/05/2010](#) (deverá o licitante informar, se for o caso, que seu serviço atende os requisitos dos incisos I, II ou III do art. 5º do citado Decreto, observado o disposto neste Edital);

4.10.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.10.9. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.10.10. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021](#).

4.10.11. A falsidade da declaração de que trata os subitens acima sujeitará o licitante às sanções previstas nas Leis nº 13.303/2016, 14.133/2021 e neste Edital.

## 5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), com a solicitação de login e senha pelo interessado.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do LICITANTE ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O uso da senha de acesso pelo LICITANTE é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à CPRM, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL

6.1. O Pregão será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições, além das definidas na Lei nº 14.133, de 01/04/2021:

- a) coordenar o Processo Licitatório;
- b) receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;
- c) conduzir a sessão pública na *internet*;
- d) verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- e) dirigir a etapa de lances;
- f) verificar e julgar as condições de habilitação;
- g) receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) indicar o vencedor do certame;
- i) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

j) encaminhar o Processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a adjudicação e a homologação.

#### 7. **DA PARTICIPAÇÃO**

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

7.8. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo prestador de serviço durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.10. valor superior a lance já registrado pelo prestador de serviço no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.11. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo prestador de serviço no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.7 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela CPRM ou de sua desconexão.

7.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.15. O LICITANTE será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.16. Incumbirá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### 8. **DO ENVIO DA PROPOSTA**

8.1. O LICITANTE deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, da descrição detalhada e minuciosa do objeto, indicando, no que for aplicável, procedimentos, abrangência, principais rotinas incluídas na execução, os prazos de início, de conclusão, de entrega definitiva e de garantia dos serviços prestados.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução.

8.3.1. **As propostas e os lances ofertados deverão indicar o Preço do Prêmio Total dos Seguros a serem pagos, resultado do somatório dos prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos,** a ser aplicado sobre o valor global anual dos serviços, já incluindo o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.

8.3.2. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.3.3. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.3.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

8.3.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

8.3.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos.

8.3.8. O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar consequências como as seguintes: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do inciso IX do artigo 71 da **Constituição da República**; condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento na execução do contrato; entre outras.

#### 9. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. As propostas e os lances ofertados deverão indicar o preço global do item, incluindo os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá observar o disposto na página 1 deste Edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

MODO DE DISPUTA ABERTO

- 9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração desta etapa.
- 9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a etapa encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.12.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.12.6. Encerrada a etapa, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente ou decrescente, conforme o critério de julgamento adotado.
10. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**
- 10.4. Os documentos que compõem a proposta do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 10.5. Encerrada a disputa na sala virtual, o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, em meio digital, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 3 (três) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico, a proposta de preço adequada ao último lance, conforme o Modelo de Proposta, bem como os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados.
- 10.5.1. Somente mediante autorização do(a) pregoeiro(a) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por e-mail para o(a) pregoeiro(a), descrito na página 1 deste Edital.
- 10.5.2. O prazo máximo estabelecido acima poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do LICITANTE, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).
- 10.5.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 10.6. No caso de serviços em geral, haverá indício de inexecutabilidade das propostas cujos valores forem inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela CPRM e, no caso de serviços comuns de engenharia, propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela CPRM.
- 10.6.1. A inexecutabilidade, na hipótese tratada acima, só será considerada após diligência do(a) pregoeiro(a), que comprove:
- a) que o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.7. Haverá sobrepreço quando o preço orçado para licitação ou contratado estiver em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.
- 10.8. O (A) pregoeiro(a) poderá convocar o LICITANTE para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo de 3 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.9. A CPRM se reserva o direito de realizar diligência para comprovar a veracidade das informações apresentadas, podendo, requisitar cópias dos respectivos contratos e outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado pelo licitante.
- 10.9.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) pregoeiro(a), para fins de diligência, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como, procedimentos, abrangência, principais rotinas incluídas na execução, os prazos de início, de conclusão, de entrega definitiva e de garantia dos serviços prestados, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta, nos termos do §6º do artigo 38 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 10.10. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 10.11. Todos os valores utilizados deverão ter como expressão a moeda corrente nacional.
- 10.12. A proposta de preço adequada ao último lance deve ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo representante legal do LICITANTE.
- 10.13. A proposta de preço adequada ao último lance deve conter a indicação do banco, número da conta e agência do LICITANTE, para fins de pagamento.
- 10.14. A proposta de preço adequada ao último lance será juntada aos autos e todas as especificações do objeto, tais como marca, modelo e fabricante, vinculam o proponente, incluindo nas eventuais hipóteses de aplicação de sanção.
- 10.15. O LICITANTE que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas no Edital e na legislação aplicável.
- 10.15.1. Conforme o Acórdão 1793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU, o pedido de desclassificação realizado pelo LICITANTE deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao(a) pregoeiro(a) deliberar sobre sua aceitação ou recusa, independentemente da comunicação à autoridade competente para as providências decorrentes.
11. **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**
- 11.1. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO**. **As propostas deverão indicar os prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos**, já incluindo o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto.
12. **DA CONSULTA AOS CADASTROS DE PESSOAS SUSPENSAS, IMPEDIDAS DE CONTRATAR OU DECLARADAS INIDÔNEAS**
- 12.1. O(A) pregoeiro(a) consultará para fins de participação no certame e eventual contratação futura, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, as certidões disponíveis para consulta consolidada no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>:
- | CERTIDÃO   | ÓRGÃO EMISSOR           |
|--|-------------------------|
| Licitantes Inidôneos   | TCU                     |
| Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA | CNJ                     |
| Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS                           | Portal da Transparência |
| Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.  | Portal da Transparência |
- 12.2. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou a futura contratação, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta, por falta de condição de participação.
13. **DA HABILITAÇÃO**
- 13.1. O(A) pregoeiro(a) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira, conforme disposto no artigo 39 da Instrução Normativa nº 73, de 30/09/2022, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia – SEGES/ME, combinado com os artigos 9º, 10 a 13, 15 e 23, todos da Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.
- 13.1.1. O LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, em meio digital, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 3 (três) horas, após solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico, os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF.
- 13.2. O registro regular no nível Habilitação Jurídica do SICAF supre as exigências do inciso XI do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.
- 13.2.1. O registro regular no nível Regularidade Fiscal Federal, Estadual, Municipal e Trabalhista do SICAF supre as exigências dos incisos III, IV, V, VI e VII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, no que tange à regularidade em âmbito federal, estadual e municipal.
- 13.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o LICITANTE estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

13.3.1. Caso o(a) pregoeiro(a) não logre êxito em obter a(s) certidão(ões) correspondente(s) através do(s) sítio(s) oficial(is), ou na hipótese de se encontrar(em) vencida(s) no referido sistema, o LICITANTE deverá encaminhar ao(a) pregoeiro(a) junto com os demais documentos de habilitação, na forma e no prazo definidos neste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006.

13.3.2. Nos termos do §1º do artigo 43 da Lei Complementar nº123, de 14/12/2006, na fase de Habilitação, deverá ser apresentada e conferida toda a documentação **da ME/EPP/Sociedade Cooperativa** e, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o LICITANTE for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.3.3. A prorrogação do prazo referido acima, será concedida pela CPRM, desde que requerida pelo LICITANTE, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, tudo devidamente justificado nos autos do processo.

13.3.4. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará na inabilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à CPRM convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

13.4. O registro regular no nível Qualificação Econômico-Financeira do SICAF supre as exigências do inciso XXV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.5. Os LICITANTES que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

13.6. A Qualificação Técnica será demonstrada na forma prevista neste Edital, visando comprovar experiência(s) anterior(es) compatível(is) com o objeto arrematado.

13.7. Os LICITANTES que **NÃO** estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à **Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista e à Qualificação Econômico-financeira**:

13.7.1. **Habilitação jurídica:**

13.7.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, ou a consolidação respectiva, devidamente registrado na Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas. No caso de sociedade por ações e demais sociedades empresariais que elejam seus administradores em atos apartados, tais documentos deverão ser apresentados devidamente registrados na Junta Comercial. No caso das sociedades simples que elejam seus administradores em atos apartados, deverão ser apresentados tais documentos, devidamente registrados no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

13.7.1.2. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16/12/1971.

13.7.1.3. Para empresas individuais deverá ser apresentado o Registro na Junta Comercial.

13.7.1.4. Para microempreendedores individuais – MEI deverá ser apresentado o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade poderá ser conferida na internet.

13.7.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

13.7.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.7.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

13.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o inciso III do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, consoante o inciso IV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

13.7.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do LICITANTE, nos termos do inciso IV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, de acordo com o inciso V do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.2.5. Prova de regularidade com o FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF, nos termos do inciso VI do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A, do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/1943 e de acordo com o disposto no inciso VII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.2.7. Caso o LICITANTE seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou da sede do LICITANTE, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.7.2.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.7.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

13.7.3.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do inciso XXV do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão deste, expedida a menos de 90 (noventa) dias da data limite para a entrega das propostas.

a) A prova acima poderá ser feita mediante a apresentação de Certidão(ões) eletrônica(s) emitida(s) pelo Tribunal de Justiça competente.

b) Para os LICITANTES sediados na Cidade do Rio de Janeiro, a prova acima será feita mediante a apresentação de Certidões dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registros de Distribuição (atualmente emitida pelo TJ/RJ).

13.7.3.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira do LICITANTE.

13.7.3.2.1. Os documentos acima referidos deverão ser apresentados devidamente registrados na respectiva Junta Comercial ou mediante publicação em órgão da Imprensa Oficial e, no caso das sociedades simples registrada no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tudo de forma que fique evidente a identificação do nome do contador e do número de seu registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

13.7.3.2.2. Para as empresas que tenham menos de 01 (um) ano de existência, cópias legíveis e autenticadas das páginas do Livro Diário, onde foram transcritos o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Último exercício social, com os respectivos Temos de Abertura e de Encerramento registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

13.7.3.2.3. A empresa que se utiliza dos recursos da informática para efetuar sua escrituração contábil digital, pelo SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, deverá apresentar cópia da via do Balanço Patrimonial transmitido de forma digital, com a respectiva Certidão que comprova tal envio, bem como a autenticação da Junta Comercial.

13.7.3.2.4. A comprovação da boa situação financeira necessária para responder pelas exigências financeiras do futuro contrato, será feita através do cálculo dos seguintes índices, efetuados a partir do balanço do último exercício social, considerando-se como habilitada, a licitante que apresentar a situação de igual ou superior a 1,0 (um inteiro), **em pelo menos um dos índices abaixo**:

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante);
- Índice de Liquidez Geral (ILG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo); e
- Índice de Solvência Geral (ISG) = [Ativo Total / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo)].

13.7.4. **Qualificação Técnica:**

13.7.4.1. Os LICITANTES, cadastrados no SICAF ou NÃO cadastrados além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa nº 3, de 26/04/2018, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

13.7.4.2. Atestado(s) ou declaração(ões) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, comprovando que o LICITANTE realizou, anteriormente, a execução de serviço(s) em características e quantidades compatíveis com o objeto da Licitação, conforme o inciso XII do artigo 50 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

13.7.4.3. Os Atestado(s) ou declaração(ões), referidos acima, deverão ser originais ou cópias autenticadas contendo o CNPJ, endereço, telefone do emitente e o nome e cargo do subscritor.

13.8. Comprovação de autorização expressa da Superintendência de Seguros Privados (Susep) para funcionamento ou a indicação de lei federal de criação da sociedade, hipótese em que é dispensada a autorização prévia exigida (cf. artigo 5º da Resolução Nº 422 DE 11/11/2021 do Conselho Nacional de Seguros Privados- CNSP).



- 13.9. Termo de Vistoria a ser expedido pela CPRM, do local onde serão realizados os serviços, conforme o modelo disponibilizado. O citado termo somente será emitido até o último dia útil de expediente na Unidade Regional da CPRM responsável pela licitação, anterior à data de realização do Pregão Eletrônico. O contato para a realização da vistoria deverá ser feito através do telefone descrito na página 1 deste Edital, no horário compreendido entre as 08:00 h e 11:30 h e de 13:00 as 16:30 h, em dias de expediente na CPRM. Alternativamente, a empresa licitante poderá optar pela não realização da vistoria, desde que manifeste a sua preferência pela não realização da vistoria, assumindo, portanto, os riscos de uma avaliação menos acurada sobre a prestação dos serviços, e manifeste, outrossim, o conhecimento de todas as condições para a prestação do serviço, bem como a plena ciência de que não se admitirá, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento, conforme o modelo disponibilizado.
- 13.10. Caso o LICITANTE apresente o comprovante de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF contendo algum item com a validade vencida, deverá apresentar, em substituição, o documento correspondente, até a abertura da sessão pública, na forma prevista neste Edital para encaminhamento dos documentos necessários para a habilitação no certame, sob pena de inabilitação.
- 13.11. Os documentos exigidos para habilitação, relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos LICITANTES ao(a) pregoeiro(a), no prazo e na forma previstos nesse Edital.
- 13.12. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 13.13. Os documentos necessários à habilitação contemplados no Edital deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou, excepcionalmente, pelo(a) pregoeiro(a) ou um dos membros da equipe de apoio, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, ou, ainda, se originados por meio de processo eletrônico de informações, INTERNET, deverão indicar o endereço eletrônico, para que se comprovem as informações disponibilizadas.
- 13.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 13.15. Será inabilitado o LICITANTE que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.16. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.17. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 13.18. No caso de não estar consignado o prazo de validade no próprio documento, a data de sua expedição não poderá anteceder mais de 90 (noventa) dias da data da sessão pública virtual.
- 13.19. Os documentos que compõem a habilitação do LICITANTE melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 13.20. Os documentos complementares à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 3 (três) horas, contado da solicitação do(a) pregoeiro(a) no sistema.
- 13.21. O LICITANTE provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 13.22. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do LICITANTE nos remanescentes.
- 13.23. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.
- 14. DA SUSPENSÃO E DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
- 14.1. O(A) pregoeiro(a) a partir da sessão inicial de lances até o resultado final do certame, avisará previamente, via sistema (*chat*) a suspensão temporária dos trabalhos em função de horário de almoço e/ou término do expediente, ou por motivo próprio, justificadamente no Sistema, bem como a data e o horário previstos de reabertura da sessão para o seu prosseguimento, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.1.1. A interrupção intencional da contagem dos prazos, somente será possível por meio da suspensão da sessão pública, feita pelo(a) pregoeiro(a). Reiniciando-a, a partir da reabertura da sessão pública sem prejuízo dos prazos.
- 14.2. A sessão pública poderá ser reaberta após a devida comunicação de reabertura do Pregão, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas:
- 14.2.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.2.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o LICITANTE declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 14.2.3. Após a solução dos fatos geradores da suspensão dos trabalhos, mencionados acima.
- 14.3. Todos os LICITANTES remanescentes deverão ser convocados, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.3.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail.
- 14.3.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.
- 15. DOS RECURSOS**
- 15.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, **não inferior a 10 (dez) minutos**, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 15.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, contados a partir da ata de julgamento.
- 15.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com a sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 15.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
- 16.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
  - II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
  - III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; e
  - IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.
- 16.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 16.3. A licitação poderá ser revogada por motivo resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 16.4. Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Homologado o resultado da Licitação, será emitida a Nota de Empenho e elaborado o Contrato.

17.2. O adjudicatário será convocado para celebrar o Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, exclusivamente, por meio de assinatura eletrônica no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM.

17.3. Quando o adjudicatário convocado, dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver habilitação regular ou se recusar a contratar, serão convocados outros LICITANTES, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, previstas neste Edital.

**18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

18.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta da dotação orçamentária prevista para o exercício de 2024 da CPRM, conforme Despacho DECOF (1974003) # SEI:

"há orçamento suficiente no exercício de 2024 nas ações das diretorias indicadas no despacho GSC 1969953",

**19. DO RECEBIMENTO**

19.1. As condições para o recebimento do objeto estão previstas no Termo de Referência e na minuta do Contrato.

**20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

20.1. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, somente após a execução e aprovação do objeto do Pregão e até o 10º (décimo) dia útil após a data do peticionamento eletrônico da Nota Fiscal, acompanhada dos comprovantes de regularidade (quando não dispensados na forma da Lei e do Edital), de recibo, atestado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde ocorrerá(ão) a prestação do(s) serviço(s), conforme o Termo de Referência, Anexo I.

20.1.1. O pagamento poderá ser realizado em parcelas, a título de contraprestação pela prestação de serviço executada de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência.

20.1.2. Em caso de serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência, Anexo I, a realização do pagamento parcelado observará o procedimento descrito neste item, contemplando a execução, o recebimento e a aprovação de cada parcela do objeto.

20.1.3. A apresentação da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e e do recibo emitido pela CPRM deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela prestadora de serviço no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

20.1.4. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante do prestador de serviço possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

20.1.5. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, o representante do prestador de serviço deverá encaminhar a documentação por *e-mail* ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

20.2. Toda a comunicação entre o prestador de serviço e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista acima.

20.3. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pelo prestador de serviço, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

20.4. No caso de atraso de pagamento, desde que o LICITANTE vencedor não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CPRM, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

20.5. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

20.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à CPRM, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, acima, as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento), sobre o valor do(s) item(ns) prejudicado(s), em caso dos fatos terem sido realizados antes da adjudicação do objeto, ou sobre o valor estimado da contratação, nas hipóteses dos fatos terem sido realizados após a adjudicação do objeto;
- III - impedimento de licitar e contratar; e
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. As sanções previstas no subitem 21.2 serão aplicadas em conformidade com o art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

21.5. As infrações ocorridas após a assinatura do instrumento serão reguladas por cláusula contratual específica.

**22. DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

22.1. As condições da prestação dos serviços constam do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, que deverá ser anexado ao Contrato, em conjunto com a proposta apresentada.

**23. DO ORÇAMENTO DA CPRM**



- 23.1. O Orçamento anual básico estimado pela CPRM é de R\$ 1.635.930,63 (um milhão, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta reais e sessenta e três centavos), irrealizável para o período de 12 (doze) meses, já incluídos o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto desta licitação.
24. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 24.1. Os atos não serão praticados no Portal de Compras do Governo Federal (COMPASNET) – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), após as 18:00 h, nem antes de 8:00 h.
- 24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo(a) pregoeiro(a).
- 24.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.4. Os LICITANTES são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do LICITANTE que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 24.5. A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a CPRM revogá-la no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do Pregão.
- 24.6. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7. É facultado ao(a) pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo de Licitação.
- 24.7.1. O LICITANTE, intimado a prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverá fazê-lo, no prazo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 24.8. Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CPRM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Processo Licitatório.
- 24.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CPRM.
- 24.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público
- 24.11. As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos LICITANTES por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial da União – D.O.U.
- 24.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o Processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.13. Os casos não previstos neste Edital, e desde que não conflitem com as legislações pertinentes, serão decididos pelo(a) pregoeiro(a).
- 24.14. A participação do LICITANTE neste Pregão implica na aceitação de todos os termos deste Edital.
- 24.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico – [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.cprm.gov.br](http://www.cprm.gov.br).
- 24.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.16.1. Anexo I – Termo de Referência GSC (2138488).
- 24.16.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços adequada ao último lance.
- 24.16.3. III - Anexo Modelo de Termo de Vistoria (2146507).
- 24.16.4. IV -Anexo modelo preferênciã não vistoria (2146522)
- 24.16.5. Anexo A – Minuta de Contrato.
- 24.17. O Foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Justiça Federal da Seção Judiciária da cidade do Rio de Janeiro.

Anexo II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

(Em papel timbrado da empresa)

Empresa Licitante	
Razão Social: *	
Endereço: *	
Telefone: *	
CNPJ/MF: *	
Dados Bancários: Nome do Banco: *	
Agência: *	Conta Corrente: *
Representante Legal *	
Nome: *	
N° da Carteira de Identidade: *	
Órgão Expedidor: *	
N° do CPF: *	
E-mail: *	

1. DO OBJETO

- 1.1. Propomos à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM a prestação dos serviços de fornecimento de gases diversos e comodato de cilindro para uso no Laboratório de Análises Minerais - LAMIN-SP, do SGB-CPRM/SP, para realização de diversas análises químicas em atendimento as demandas da ANM para realização dos estudos *in- loco* em fontes de água mineral, baseadas na portaria SEI Nº 819 de 03 de dezembro de 2018, bem como em atendimento aos projetos internos da CPRM, conforme descritos no Termo de Referência, comprometendo-nos a cumprir, totalmente, suas especificações.

2. DO PREÇO

ITEM	VEÍCULOS	QTDE	COBERTURAS	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO	PRÊMIO PROPRIETÁRIO
01					
02					
N					
					VALOR PROPRIETÁRIO

2.2. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, necessários à execução do objeto, tais como: o Custo da emissão da Apólice, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros – IOF, os demais tributos, os fretes, as taxas, os seguros, os encargos sociais e trabalhistas, a taxa de administração e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução do objeto e, além disso, deverão ter somente duas casas decimais.

2.2. **As propostas deverão indicar o Preço Unitário, o Subtotal e o VALOR GLOBAL PROPOSTO dos prêmios a pagar pelos 295 (duzentos e noventa e cinco) veículos.**

2.3. A CPRM não pagará qualquer taxa ou preço além dos mencionados, seja a qual tempo e razão for.

2.4. O seguro PROPOSTO deverá cobrir, no mínimo, os riscos descritos no item 4 do Termo de Referência - Anexo I.

3. **DO PRAZO DE EXECUÇÃO, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA GARANTIA**

3.1. O prazo da execução do objeto, a forma de pagamento e as regras sobre a garantia do objeto observarão as previsões do Termo de Referência e do Contrato.

4. **DA ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES E DA VALIDADE DA PROPOSTA**

4.1. Pela apresentação da presente proposta manifestamos o pleno conhecimento e aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus anexos, manifestamos, outrossim, o conhecimento da imposição de sanções, nos termos da Lei nº 14.133, de 01/04/2021 e do Edital, bem como no caso de desistência do(s) valor(es) ofertado(s).

4.2. O prazo de validade desta proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da apresentação.

5. **DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

5.1. O proponente se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. O proponente declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

**Observações Importantes:**

1. **O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imposição das sanções cabíveis, nos termos da legislação aplicável.**

2. **A proposta deve ser preenchida com preços em real.**

3. **As microempresas e empresas de pequeno porte deverão comprovar o enquadramento citado, encaminhando ao(à) pregoeiro(a), junto com a proposta adequada ao último lance, a Certidão de enquadramento na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, expedida pela Junta Comercial, para obtenção da preferência de contratação destinada à ME ou EPP.**

Local e data.

(Assinatura identificada do representante legal)

Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2024.

Pregoeiro  
ARLINDO JOSÉ DE CARVALHO JÚNIOR  
Matrícula nº 82.137.341

Equipe de Apoio  
LUCIA APARECIDA SANTANA ALVES  
Matrícula nº 71.671.541  
TULIO FALCÃO RIBEIRO  
Matrícula nº 88.555.041



Documento assinado eletronicamente por **ARLINDO JOSE DE C. JUNIOR, Técnico(a)** em Geociências, em 22/08/2024, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [sei.sgb.gov.br/autenticidade](http://sei.sgb.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **2197951** e o código CRC **620FCB93**.



## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 48086.005278/2023-00

## 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com assistência integral (24x7) em todo o território nacional.

## 2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

## 2.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. Diante da próxima data de término da vigência da apólice de seguro dos veículos oficiais do SGB/CPRM e considerando que o limite do valor global do contrato vigente, incluindo o aditivo de 25%, foi totalmente utilizado devido à inesperada aquisição de novos veículos, torna-se imprescindível a realização de uma nova licitação pública. Essa medida se faz necessária para garantir a continuidade dos serviços de seguro e assegurar a devida cobertura e proteção dos veículos institucionais, além de promover a transparência e a competitividade no processo de contratação, de acordo com a legislação vigente.

## 2.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

2.2.1. Cobertura e proteção aprimoradas: A nova apólice de seguro garantirá uma cobertura mais adequada aos veículos institucionais, protegendo-os contra danos, roubo, acidentes e outras eventualidades, reduzindo os prejuízos financeiros em caso de sinistros.

2.2.2. Continuidade dos serviços: Ao realizar uma nova licitação pública e contratar uma apólice atualizada, o SGB/CPRM assegura a continuidade dos serviços de seguro sem interrupções, garantindo a operacionalidade e mobilidade dos veículos da instituição para o cumprimento de suas atividades.

2.2.3. Melhor relação custo-benefício: Com a realização de uma licitação competitiva, é possível buscar seguradoras com propostas mais vantajosas, obtendo uma relação custo-benefício mais favorável ao SGB/CPRM, o que pode resultar em economia nos custos de seguro.

2.2.4. Transparência e legalidade: A realização de uma nova licitação pública demonstra o compromisso do SGB/CPRM com a transparência e a legalidade nos seus processos de contratação, seguindo as normas e leis vigentes, o que contribui para fortalecer a imagem institucional perante a sociedade e os órgãos fiscalizadores.

2.2.5. Estímulo à concorrência e inovação: Ao abrir um novo processo de licitação, o SGB/CPRM estimula a concorrência entre as seguradoras interessadas, o que pode resultar em propostas mais competitivas e inovadoras, levando a novas soluções e benefícios no âmbito do seguro de veículos.

2.2.6. Redução de riscos operacionais: Com uma apólice de seguro mais adequada, o SGB/CPRM reduz os riscos operacionais relacionados aos seus veículos, o que contribui para a segurança dos colaboradores e dos ativos da instituição.

## 3. DOS VEÍCULOS

3.1. A relação de veículos a serem segurados encontra-se no Anexo 2 deste documento.

## 4. DAS COBERTURAS

4.1. A cobertura compreenderá os eventos abaixo:

N	Evento	Cobertura Mínima
1	Colisão, incêndio, roubo e/ou furto que cause dano total ou parcial cujo custo de reparo seja igual ou superior a 75% do valor do veículo na tabela FIPE.	100% da tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)
7	Franquia para dano parcial cujo custo de reparo seja inferior a 75% do valor do veículo na tabela FIPE.	Franquia normal, não devendo exceder o limite máximo de 8% do valor do veículo na tabela FIPE.
2	Responsabilidade civil por danos materiais a terceiros	R\$ 40.000,00
3	Responsabilidade civil por danos pessoais a terceiros	R\$ 40.000,00
4	Acidentes pessoais por passageiro (morte)	R\$ 20.000,00
5	Acidentes pessoais por passageiro (invalidez total ou parcial)	R\$ 20.000,00

4.2. A cobertura compreenderá mais detalhadamente:

4.2.1. Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto;

4.2.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abaloamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

4.2.3. Incêndio e explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

4.2.4. Queda em precipícios ou pontes;

4.2.5. Queda de agentes externos sobre o veículo;

4.2.6. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

4.2.7. Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;

4.2.8. Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis;

4.2.9. Acidente envolvendo o veículo segurado com outros veículos, dentro de suas dependências;

4.2.10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;

4.2.11. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;

4.2.12. Atos involuntários praticados por terceiros;

4.2.13. Danos causados a pintura por acidente ou por atos de terceiros;

4.2.14. Danos causados aos pneus, em caso de acidentes;

4.2.15. Danos causados a terceiros, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF; e

4.2.16. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.

## 5. DA ASSISTÊNCIA

5.1. A CONTRATADA deverá prestar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, por 07 (sete) dias de semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

5.2. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

5.3. A CONTRATADA deverá possuir um meio de comunicação integralmente disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento durante todo o período de vigência contratual.

## 6. DA VISTORIA PRÉVIA

6.1. A LICITANTE poderá realizar a vistoria prévia dos veículos mediante agendamento com o responsável técnico local, consoante Anexo 1 deste documento.

6.2. A vistoria prévia não é obrigatória para fins de participação nesta licitação. Entretanto, a LICITANTE que não a fizer, não se eximirá de assumir todas as obrigações pertinentes ao objeto desta licitação a partir da assinatura do Contrato.

6.3. Os custos de visita prévia aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da LICITANTE.

6.4. Caso a LICITANTE identifique alguma avaria na vistoria prévia, esta deve ser informada ao responsável local e discriminada em sua proposta. Cabe salientar que tal avaria será excluída da cobertura do seguro em caso de sinistro por perda parcial. Entretanto, após procedimento de recuperação pelo SGB/CPRM, durante a vigência do seguro, a CONTRATADA será informada e poderá realizar uma nova vistoria até o prazo de 5 (cinco) dias úteis, estando após este prazo responsável pelo ressarcimento integral em caso de sinistro.

#### 7. DA PROPOSTA

7.1. Sagrar-se-á vencedora a LICITANTE que apresentar o menor valor global, a ser apurado pela soma do prêmio atribuído para cada veículo.

#### 8. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 01 (um) ano, contado a partir da data da sua assinatura.

8.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por Termos Aditivos, desde que a vigência, incluindo as eventuais prorrogações, não exceda 5 (cinco) anos, conforme dispõem o *caput* do artigo 71 da Lei nº 13.303/16 e o artigo 152 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPMR.

#### 9. DA APÓLICE

9.1. A CONTRATADA deverá emitir apólices com vigência de 12 (doze) meses contendo as especificações claras e detalhadas das coberturas, franquia, eventual bônus e valor do prêmio.

9.2. As apólices serão renovadas a cada 12 (doze) meses, até a data limite da vigência contratual.

9.3. Deverá ser emitida uma apólice, um de prêmio e um documento de cobrança (boleto bancário) para cada veículo segurado.

#### 10. DO REAJUSTE

10.1. O reajuste de preços poderá ser solicitado pela CONTRATADA a cada emissão de apólice, a ser apreciado pelo(a) Gestor(a) do Contato.

#### 11. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO

11.1. Eventual inclusão e/ou substituição de veículos da Apólice deverá ser formalmente solicitada e aprovada pelo(a) Gestor(a) do Contrato do SGB/CPRM, e processada pela CONTRATADA em até 20 (vinte) dias, mediante o instrumento de Endosso.

11.2. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), o Fiscal do Contrato solicitará à CONTRATADA um orçamento que contemple o valor do prêmio total nas condições estabelecidas neste documento.

11.2.1. O Fiscal do Contrato levantará, pelo menos, duas outras cotações no mercado para fins de comparação. Caso o valor proposto pela CONTRATADA esteja acima da média aritmética das cotações realizadas, a CONTRATADA deverá refazer o orçamento acatando o valor da média. Caso contrário, prevalecerá o valor orçado pela CONTRATADA.

11.2.2. O Fiscal do Contrato deverá encaminhar a documentação ao Gestor do Contrato, que instruirá o processo de inclusão.

11.3. Em caso de veículo a ser substituído, cujo valor do prêmio do substituto for maior que o prêmio do substituído, o SGB/CPRM arcará com o valor da diferença.

#### 12. DA EXCLUSÃO

12.1. Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo, a CONTRATADA deverá devolver ao SGB/CPRM o valor do prêmio proporcional ao período restante de vigência da apólice, contado a partir da data de comunicação do Gestor(a) de Contrato do SGB/CPRM.

#### 13. DA REPARAÇÃO DOS VEÍCULOS

13.1. A empresa contratada deverá assegurar que todas as reparações dos veículos segurados sejam realizadas em conformidade com o art. 12 da Circular SUSEP nº 639. Este artigo determina as normas e procedimentos obrigatórios que as seguradoras devem seguir para garantir a qualidade, segurança e eficácia dos reparos nos veículos segurados. Assegurar-se de que:

13.1.1. Os reparos sejam realizados em oficinas credenciadas e devidamente regulamentadas.

13.1.2. As peças utilizadas nas reparações sejam originais ou certificadas, conforme as especificações do fabricante.

13.1.3. Os serviços prestados sejam executados por profissionais qualificados e certificados.

13.1.4. O prazo para a realização dos reparos seja o menor possível, sem comprometer a qualidade do serviço.

13.1.5. Seja fornecido um relatório detalhado dos reparos realizados, incluindo a descrição dos serviços, peças substituídas e testes realizados para garantir a segurança e funcionalidade do veículo.

#### 14. DOS SALVADOS

14.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da CONTRATADA

14.2. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, providenciar as transferências dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos Órgãos pertinentes.

#### 15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Informar a Razão Social e o CNPJ da Seguradora e da Corretora, se for o caso, bem como seus respectivos registros na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

15.2. Disponibilizar as apólices em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do Contrato, contendo as seguintes informações:

15.2.1. Identificação do veículo contendo placa, marca, modelo, ano de fabricação, ano de modelo e chassi;

15.2.2. Valor do Prêmio;

15.2.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes neste Termo de Referência;

15.2.4. Documento de cobrança;

15.3. Indicar o nome e o telefone do responsável pelo Contrato, bem como um canal de atendimento gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para acionamento de emergência. Cada ocorrência registrada deverá gerar, automaticamente, um número de protocolo vinculado ao atendimento;

15.4. Comunicar ao SGB/CPRM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;

15.5. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;

15.6. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato, além das penalidades cabíveis;

15.7. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual;

15.8. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato;

15.9. Ocorrendo sinistro, realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o SGB/CPRM poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente; e

15.10. Enviar mensalmente ao SGB/CPRM um relatório detalhando os atendimentos, cuja estrutura será acordada com o(a) Gestor(a) do Contrato.

#### 16. DAS OBRIGAÇÕES DO SGB/CPRM

16.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento da execução dos serviços ora contratados;

16.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

16.3. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de qualquer sinistro assim que tenha conhecimento;

16.4. Providenciar o registro de ocorrência junto aos Órgãos competentes de Trânsito, em casos de sinistros;

- 16.5. Fornecer à CONTRATADA ou facilitar o acesso a toda espécie de informação sobre as circunstâncias e consequências do sinistro;
- 16.6. Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de desaparecimento, roubo ou furto, total ou parcial, do veículo segurado;
- 16.7. Aguardar autorização da CONTRATADA para iniciar a reparação dos danos no veículo segurado;
- 16.8. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Instrumento Contratual; e
- 16.9. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital, neste Termo de Referência e outras previstas no Contrato.
17. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 17.1. A Gestão do Contrato ficará a cargo do Titular da Gestão de Serviços Compartilhados - GSC.
- 17.2. A Fiscalização do Contrato ficará a cargo do Titular dos Órgãos abaixo, no âmbito da Unidade de sua atuação:
- 17.2.1. SEDE/BR e ERJ – Serviço de Administração e Finanças.
- 17.2.2. Superintendências Regionais – Gerência de Administração e Finanças.
- 17.2.3. Residências – Assistência de Administração e Finanças.
- 17.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão, de imediato, comunicar por escrito ao Gestor do Contrato, que tomará as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.
- 17.4. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
- 17.5. Dentre outras iniciativas que se fizerem necessárias, o fiscal do contrato deverá garantir que sejam realizadas manutenções preventivas nos veículos para minimizar o grau de risco de sinistros.
18. **DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL**
- 18.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado na tabela FIPE.
- 18.2. Em caso de indenização integral a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- 18.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados do SGB/CPRM e da CONTRATADA.
19. **DAS PENALIDADES**
- 19.1. A LICITANTE que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.
20. **ANEXOS**
- 20.1. ANEXO 1 - UNIDADES DO SGB/CPRM
1. **Sede em Brasília (SEDE-BR)**
- Endereço: Setor Bancário Norte –SBM-Quadra 2, Asa Norte – bloco H- Edifício Central Brasília, 1ª,2ª e 5ª andar CEP: 70830-030
- CNPJ: 00.091.652/0001-89
- Responsável técnico: Titular do Serviço de Administração e Finanças - SERAFI
2. **Escritório Rio De Janeiro (ERJ-RJ)**
- Endereço: Avenida Pasteur n.º 404 - Urca - Rio de Janeiro - RJ CEP: 22290-255
- CNPJ: 00.091.652/0002-60
- Responsável técnico: Titular do Serviço de Administração e Finanças - SERAFI
3. **Superintendência Regional de Belém (SUREG – BE)**
- Endereço: Av. Dr. Freitas n.º 3645 – Bairro Marco Belém – PA – CEP: 60095-110
- CNPJ: 00.091.652/0005-02
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
4. **Superintendência Regional de Belo Horizonte (SUREG – BH)**
- Endereço: Av. Brasil n.º 1731 - Bairro Funcionários - MG - CEP: 30140-002
- CNPJ: 00.091.652/0010-70
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
5. **Superintendência Regional de Goiânia (SUREG – GO)**
- Endereço: Rua 148 n.º 485 - Bairro Setor Marista - Goiânia - GO – CEP: 74170-110
- CNPJ: 00.091.652/0011-50
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
6. **Superintendência Regional de Manaus (SUREG – MA)**
- Endereço: Av. André Araújo n.º 2160 - Bairro Aleixo Manaus - MA - CEP: 69060-000
- CNPJ: 00.091652/0004-21
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
7. **Superintendência Regional de Porto Alegre (SUREG – PA)**
- Endereço: Rua Banco da Província n.º 105 – Bairro Morro Santa Teresa – Porto Alegre – RS – CEP 90840-030
- CNPJ: 00.091.652/0009-36
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
8. **Superintendência Regional de Recife (SUREG – RE)**
- Endereço: Av. Sul n.º 2291 - Bairro Afogados - Recife - PE - CEP.: 50770-011
- CNPJ: 00.091.652/0006-93
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
9. **Superintendência Regional de Salvador (SUREG – SA)**
- Endereço: Av. Ulysses Guimarães n.º 2862 - Bairro Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia - Salvador - BA - CEP: 41213-000
- CNPJ:00.091.652/0030-13
- Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI
10. **Superintendência Regional de São Paulo (SUREG – SP)**
- Endereço: Rua Costa n.º 55 - Bairro Cerqueira Cesar - Centro - São Paulo - SP – CEP: 01304-010
- CNPJ: 00.091.652/0008-55

Responsável técnico: Gerente de Administração e Finanças - GERAFI

11. Residência de Fortaleza (REFO)

Endereço: Av. Antônio Sales n.º 1418 - Bairro Joaquim Távora - Fortaleza - CE – CEP: 60135-101

CNPJ: 00.091.652/0030-13

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças - ASTDAF

12. Residência de Porto Velho (REPO)

Endereço: Av. Lauro Sodré n.º 2561 - Bairro São Sebastião - Porto Velho - RO – CEP: 76801-581

CNPJ: 00.091.652/0012-31

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças - ASTDAF

13. Residência de Teresina (RETE)

Endereço: Rua Goiás n.º 312 - Bairro Frei Serafim -Teresina - PI - CEP: 64001-620

CNPJ: 00.091.652/0015-84

Responsável técnico: Assistente de Administração e Finanças – ASTDAF

20.2. RELAÇÃO DE VEÍCULOS A SEREM SEGURADOS

N	PATRIMÔNIO	MARCA	MODELO	ANO DE FABRICAÇÃO	ANO DO MODELO	PLACA	CHASSI	UNIDADE DE LOCALIZAÇÃO	
1	60019822570	GM CHEVROLET	CELTA	2009	2009	NLU6884	9BGRX4810AG116129	ERJ	
2	60019835800	FIAT	STRADA	2009	2009	NLU4246	9BD27833MA7206965	ERJ	
3	65034780840	MITSUBISHI	PAJERO	2011	2011	NWP4582	93XFNH77WBCB57567	ERJ	
4	50056590461	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1576	93XFRH77WDCC77210	ERJ	
5	13085662379	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1578	93XFRH77WDCC77208	ERJ	
6	13085662381	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1582	93XFRH77WDCC77200	ERJ	
7	50056590462	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJM5515	93XFRH77WDCC77186	ERJ	
8	55057370318	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	IUA7587	93XFRH77WDCC76587	ERJ	
9	60085660563	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OPD6299	93XFRH77WDCC77190	ERJ	
10	60085660565	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OPD6365	93XFRH77WDCC77181	ERJ	
11	65085461186	GM CHEVROLET	ONIX	2022	2022	SBW0F61	9BGEG69H0NG192381	ERJ	
12	65085461170	FORD	RANGER	2021	2022	RBS2C69	8AFAR23L1NJ266150	ERJ	
13	65085461171	FORD	RANGER	2021	2022	RBS2D39	8AFAR23L4NJ267213	ERJ	
14	65085461165	FORD	RANGER	2021	2022	RCK3A98	8AFAR23L7NJ258215	ERJ	
15	37012647700	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	NUM1417	93XFNH77WBCA55359	REFO	
16	37012647880	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	NUM1427	93XGNK740AC959719	REFO	
17	37056560211	MITSUBISHI	L200	2013	2013	OSN2556	93XJRK88TDCD81752	REFO	
18	13085662382	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1586	93XFRH77WDCC77165	REFO	
19	37056560210	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	OSN3166	93XFRH77WEC85135	REFO	
20	37056560319	MITSUBISHI	L200	2013	2014	ORU8487	93XLNB88TECD86797	REFO	
21	37056560320	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	ORU8527	93XFRH77WECE88158	REFO	
22	37056560321	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	ORU8547	93WFRH77WECE88148	REFO	
23	65085460888	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTR8006	93XLJK1TKCK21620	REFO	
24	65085461169	FORD	RANGER	2021	2022	RBS2F39	8AFAR23L9NJ262458	REFO	
25	26085010169	MITSUBISHI	L200	2012	2013	NDO2258	93XJNB88DCC59511	REPO	
26	13085662380	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1587	93XFRH77WDCC77174	REPO	
27	26085010320	MITSUBISHI	L200	2013	2014	NDO9537	93XLNB88TECD84488	REPO	
28	26085010317	MITSUBISHI	L200	2013	2014	NDO9597	93XLNB88TECD84496	REPO	
29	26085010318	MITSUBISHI	L200	2013	2014	NDO9637	93XLNB88TECD84482	REPO	
30	26085010319	MITSUBISHI	L200	2013	2014	NDO9667	93XLNB88TECD84490	REPO	
31	26098570228	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PHH9057	9BG144DK0FC418338	REPO	
32	65085460864	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5269	93XSYKL1TLCK23913	REPO	
33	60085661930	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL-9F03	93XSYKL1TMCL31834	REPO	
34	37092009830	TOYOTA	HILUX	2007	2007	JPX4905	8AJDR22G174004525	RETE	
35	71091537990	TOYOTA	HILUX	2007	2007	LWL4992	8AJDR22G574004561	RETE	



36	71027066950	TOYOTA	HILUX	2007	2007	NIH9090	8AJDR22G384008556	RETE	
37	71027096940	MITSUBISHI	L200	2009	2010	NIJ6719	93XGNK740AC959747	RETE	
38	71027096860	MITSUBISHI	L200	2009	2010	NIJ6729	93XGNK740AC959707	RETE	
39	71027107310	MITSUBISHI	L200	2010	2010	NIQ4807	93XGK740BCA73981	RETE	
40	71027108620	MITSUBISHI	L200	2010	2011	NIS1955	93XGNK740BCA73439	RETE	
41	71027108540	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	NIS0665	93XFNH77WBCA55398	RETE	
42	71055410236	MITSUBISHI	L200	2012	2013	NDO2218	93XJNB8TDC59571	RETE	
43	71055410273	MITSUBISHI	L200	2013	2013	NIS4796	93XJRB8TDCD81761	RETE	
44	71055410230	MITSUBISHI	L200	2012	2013	ODW7198	93XJNB8TDC59357	RETE	
45	71055410271	MITSUBISHI	L200	2013	2013	OED4062	93XJNB8TDCD68720	RETE	
46	55057370344	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	IUM2259	93XFRH77WDCD80396	RETE	
47	71055410298	MITSUBISHI	L200	2013	2014	LVR6564	93XLNB8TECD86779	RETE	
48	71055410297	MITSUBISHI	L200	2013	2014	LVR7774	93XLNB8TECD86777	RETE	
49	71055410274	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	NIR9326	93XFRH77WECD85124	RETE	
50	71055410278	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	OEG9555	93XFRH77WECD87144	RETE	
51	71055410279	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	OEG9785	93XFRH77WECD87151	RETE	
52	60085660533	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	HNY2282	93XFRH77WDCC76580	SEDE	
53	11025710641	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	OVQ0883	93XFRH77WECD87153	SEDE	
54	11025710640	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	OVQ0903	93XFRH77WECD87140	SEDE	
55	65085461173	GM CHEVROLET	ONIX	2022	2022	RCN9C71	9BG6Y69H0NG175007	SEDE	
56	65085461187	GM CHEVROLET	ONIX	2022	2022	SBW0F31	9BG6Y69H0NG195069	SEDE	
57	30056540387	NISSAN	GRAND LIVINA	2012	2013	OTH9761	94DJBVL10DJ579427	SUREG-BE	
58	30056540441	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OTJ3571	93XFRH77WDCC76590	SUREG-BE	
59	30056540682	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OTV4761	93XLNB8TECD86806	SUREG-BE	
60	30056540681	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OTV4801	93XLNB8TECD86804	SUREG-BE	
61	65085461063	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTN2879	93XLJL1TKCK20116	SUREG-BE	
62	65085461064	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTN2899	93XLJL1TKCK20088	SUREG-BE	
63	60085661933	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RMI0G95	93XSYKL1TMCL31842	SUREG-BE	
64	60085661932	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RMI0G99	93XSYKL1TMCL31821	SUREG-BE	
65	60019770320	FORD	RANGER	2007	2007	HLC3693	8AFER13P18J107535	SUREG-BH	
66	60019770590	FORD	RANGER	2007	2007	HLC4342	8AFER13P48J110073	SUREG-BH	
67	60019807260	MITSUBISHI	L200	2008	2008	HFK1323	93XGNK7408C846906	SUREG-BH	
68	60019821920	MITSUBISHI	L200	2009	2009	HKT1303	93XGNK7409C957553	SUREG-BH	
69	60019823460	MITSUBISHI	PAJERO	2009	2009	HFK1516	93XFNH77W9C941690	SUREG-BH	
70	60019846240	MITSUBISHI	L200	2010	2010	HFK1620	93XGNK740ACA65339	SUREG-BH	
71	60019826640	MITSUBISHI	L200	2009	2010	HNI8865	93XGNK740AC959716	SUREG-BH	
72	11015613320	GM CHEVROLET	MERIVA	2010	2010	NKZ0778	9BGXD75N0AC215950	SUREG-BH	
73	60019865890	IVECO	DAILY 35S14	2010	2011	HLN9216	93ZC35A01B8420504	SUREG-BH	
74	60019858680	MITSUBISHI	L200	2010	2011	HLH1026	93XGNK740BCA73748	SUREG-BH	
75	60019865710	MITSUBISHI	L200	2010	2011	HMA0002	93XGNK740BCA75501	SUREG-BH	
76	13006294560	MITSUBISHI	L200	2010	2011	KRX1583	93XGNH740BCA73759	SUREG-BH	
77	60019857610	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	HLG2386	93XFNH77WBCA55334	SUREG-BH	
78	60019857790	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	HLG2388	93XFNH77WBCA55363	SUREG-BH	
79	60019855660	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	HOG9200	93XFNH77WBCA53422	SUREG-BH	
80	60019855580	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2011	HOG9202	93XFNH77WBCA53407	SUREG-BH	
81	13085662696	MITSUBISHI	L200	2013	2013	LQV6482	93XJNB8TDCD68829	SUREG-BH	
82	60085660572	MITSUBISHI	L200	2012	2013	NDU4168	93XJNB8TDC59643	SUREG-BH	
83	60085660582	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OHL7348	93XJNB8TDC63135	SUREG-BH	

84	40056590633	MITSUBISHI	L200	2013	2013	OUT5032	93XJNK8TDCD82240	SUREG-BH	
85	60085660532	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	HNY2279	93XFRH77WDCC76583	SUREG-BH	
86	60085660535	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	HNY2283	93XFRH77WDCC76599	SUREG-BH	
87	60085660536	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	HNY2285	93XFRH77WDCC76586	SUREG-BH	
88	60085660534	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	HNY2290	93XFRH77WDCC76602	SUREG-BH	
89	55057370341	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	IUM2239	93XFRH77WDCD80157	SUREG-BH	
90	60085660564	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OPD6408	93XFRH77WDCC77202	SUREG-BH	
91	60085660736	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OWQ7006	93XLNKB8TECD86788	SUREG-BH	
92	60085660737	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OWQ7009	93XLNKB8TECD86795	SUREG-BH	
93	60085660738	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OWQ7020	93XLNKB8TECD86793	SUREG-BH	
94	60085660735	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OWQ7025	93XLNKB8TECD86791	SUREG-BH	
95	60085660732	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	OWN2834	93XFRH77WECD87134	SUREG-BH	
96	60085661050	MITSUBISHI	L200	2014	2015	PUB4204	93XLNKB8TFCE93960	SUREG-BH	
97	60098570397	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PVZ0074	9BG144DK0FC405477	SUREG-BH	
98	60098570398	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PVZ0082	9BG144DK0FC405652	SUREG-BH	
99	60098570411	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PWE0156	9BG144DK0FC418549	SUREG-BH	
100	60085661935	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RNM2D96	93XLJKL1TMCL31976	SUREG-BH	
101	60085661936	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RTI9B71	93XLJKL1TMCL31972	SUREG-BH	
102	65085461184	FORD	RANGER	2021	2022	RCH3F89	8AFAR23L7NJ269778	SUREG-BH	
103	65015606710	MITSUBISHI	L200	2009	2009	NLS6861	93XGNK7409C958058	SUREG-GO	
104	65010171520	MITSUBISHI	PAJERO	2009	2009	NEF6876	93XFNH77W9C940846	SUREG-GO	
105	65034763670	MITSUBISHI	PAJERO	2009	2009	NLS5996	93XFNH77WAC943776	SUREG-GO	
106	65034777030	MITSUBISHI	PAJERO	2010	2010	ETX8389	93XFNH77WBCA54574	SUREG-GO	
107	65034773470	FORD	RANGER	2010	2010	HOE3355	8AFER11P9BJ370365	SUREG-GO	
108	11025710193	MITSUBISHI	L200	2012	2012	JJG5367	93XJNK8BTCC47129	SUREG-GO	
109	11025710491	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2012	JKF0973	93XFRH77WDCC76607	SUREG-GO	
110	65085460356	MITSUBISHI	L200	2013	2013	OMM2939	93XLNKB8TECD86782	SUREG-GO	
111	65085460357	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OMM1939	93XLNKB8TECD86784	SUREG-GO	
112	11025710715	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OVM7986	93XLNKB8TECD86827	SUREG-GO	
113	65085460296	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	ONV5717	93XFRH77WECD87149	SUREG-GO	
114	40098570126	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PJD3178	9BG144DK0FC405138	SUREG-GO	
115	65098570270	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PQH2253	9BG144DK0FC402780	SUREG-GO	
116	65098570257	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PQH2263	9BG144DK0FC409974	SUREG-GO	
117	65098570259	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PQH2273	9BG144DK0FC411920	SUREG-GO	
118	65085460835	MITSUBISHI	L200	2018	2019	PRG0919	93XLJKL1TKCJ18687	SUREG-GO	
119	65085460836	MITSUBISHI	L200	2018	2019	PRG0939	93XLJKL1TKCJ15860	SUREG-GO	
120	65086460686	MITSUBISHI	L200	2018	2019	PRQ4891	93XLJKL1TKCJ18745	SUREG-GO	
121	65085460860	MITSUBISHI	L200	2019	2019	PRR5681	93XLJKL1TKCK21623	SUREG-GO	
122	65085460861	MITSUBISHI	L200	2019	2019	PRU1351	93XLJKL1TKCK21462	SUREG-GO	
123	65085460865	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5169	93XSYKL1TLCK23928	SUREG-GO	
124	65085460866	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5189	93XSYKL1TLCK23870	SUREG-GO	
125	65085460867	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5319	93XSYKL1TLCK23930	SUREG-GO	
126	65085460854	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5369	93XSYKL1TLCK23901	SUREG-GO	
127	65085460868	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRO5389	93XSYKL1TLCK23918	SUREG-GO	
128	65085460863	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRQ6529	93XSYKL1TLCK23878	SUREG-GO	
129	65085460862	MITSUBISHI	L200	2019	2020	PRQ6559	93XSYKL1TLCK23886	SUREG-GO	
130	65085460834	VOLKSWAGEN	VIRTUS	2019	2020	PRY6398	9BWDLSBZOLPO19621	SUREG-GO	
131	65085461078	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RBO3I57	93XSYKL1TMCL33098	SUREG-GO	

132	60085661926	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9F11	93XSYKL1TMCL31838	SUREG-GO	
133	65085461146	MITSUBISHI	L200	2021	2022	RBZ6B12	93XLJKL1TNCM37414	SUREG-GO	
134	25020153150	FORD	RANGER	2007	2007	JHX8611	8AFER13P78J143035	SUREG-MA	
135	25020161760	TOYOTA	HILUX	2009	2010	NOO7328	8AJFR22G994535080	SUREG-MA	
136	25020167530	MITSUBISHI	L200	2010	2010	NOS3889	93XGNK740AC959712	SUREG-MA	
137	25056590036	MITSUBISHI	L200	2010	2011	NOS7865	93XGNK740BCA73739	SUREG-MA	
138	25056590330	MITSUBISHI	L200	2012	2013	NDU4178	93XJNK8TDCC63083	SUREG-MA	
139	25056590423	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OA05545	93XFRH77WDCC76533	SUREG-MA	
140	25056590422	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	OA05575	93XFRH77WDCC76597	SUREG-MA	
141	25056590953	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OAB6861	93XLNK8TECE88906	SUREG-MA	
142	25056590952	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OAB7081	93XLNK8TECE88885	SUREG-MA	
143	25056590903	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OA1982	93XLNK8TECD86775	SUREG-MA	
144	25056590951	MITSUBISHI	L200	2014	2015	OAB7021	93XLNK8TFCE90001	SUREG-MA	
145	65085461061	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTN2J19	93XLJKL1TKCK20064	SUREG-MA	
146	60085661928	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9E95	93XSYKL1TMCL31814	SUREG-MA	
147	60085661931	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9F15	93XSYKL1TMCL31846	SUREG-MA	
148	55025663030	FORD	F-4000	1997	1997	IHE7804	9BFL2UJG3VDB12018	SUREG-PA	
149	55019801900	TOYOTA	HILUX	2008	2008	HF1268	SAJFR22GX8457066	SUREG-PA	
150	55093520310	FORD	CARGO	2008	2009	HGF4178	9BFCE5U99	SUREG-PA	
151	55093527320	FIAT	DOBLO	2009	2009	IPM1302	9BD11930591058741	SUREG-PA	
152	55025749850	MITSUBISHI	PAJERO	2009	2009	IQA0409	93XFNH77W9C941361	SUREG-PA	
153	55093535930	FORD	CARGO	2009	2010	HIG3935	9BFCE2U2ABB45896	SUREG-PA	
154	55057370187	FORD	F-4000	2011	2011	ITS8590	9BFLF4995BB095432	SUREG-PA	
155	55025770030	MITSUBISHI	L200	2010	2011	IRJ2327	93XGNK740BCA73726	SUREG-PA	
156	11025710192	MITSUBISHI	L200	2012	2012	JIG5317	93XJNK8TCCC47050	SUREG-PA	
157	55057370250	TOYOTA	HILUX	2012	2013	ITZ6122	8AJDY22G5D7001379	SUREG-PA	
158	55057370420	MITSUBISHI	L200	2013	2013	IUZ2762	93XJNK8TD8C2043	SUREG-PA	
159	55057370249	MITSUBISHI	L200	2012	2013	NDU4158	93XJNK8TDCC60887	SUREG-PA	
160	55057370339	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OHL7318	93XJNK8TDCC63089	SUREG-PA	
161	60085660502	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OY3262	93XJNK8TDCC58343	SUREG-PA	
162	55057370317	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	IUA7620	93XFRH77WDCC76528	SUREG-PA	
163	55057370314	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	IUA7628	93XFRH77WDCC76521	SUREG-PA	
164	55057370316	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	IUA7632	93XFRH77WDCC76526	SUREG-PA	
165	55057370315	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	IUA7638	93XFRH77WDCC76531	SUREG-PA	
166	55057370343	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	IUM2250	93XFRH77WDCD80164	SUREG-PA	
167	55057370419	MITSUBISHI	L200	2013	2014	IUZ2747	93XLNK8TECD84484	SUREG-PA	
168	55057370421	MITSUBISHI	L200	2013	2014	IUZ2773	93XLNK8TECD84396	SUREG-PA	
169	55057370428	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	IVC7664	93XFRH77WEDC87147	SUREG-PA	
170	55057370427	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	IVC7680	93XFRH77WEDC87063	SUREG-PA	
171	65085460887	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTR7776	93XLJKL1TKCK21621	SUREG-PA	
172	65085461166	FORD	RANGER	2021	2022	RBR1139	8AFAR23L0NJ262462	SUREG-PA	
173	65085461207	FORD	RANGER	2022	2023	SCK9C43	8AFAR23S1PJ276929	SUREG-PA	
174	35031892870	MITSUBISHI	L200	2010	2010	KKV7169	93XGNK740AC959715	SUREG-RE	
175	35031917450	NISSAN	FRONTIER	2011	2011	PEE3262	94DVDUD40BJ686296	SUREG-RE	
176	35056590130	FORD	RANGER	2011	2012	PFA3211	8AFER13P2CJ476039	SUREG-RE	
177	35056590817	FORD	CARGO	2013	2013	PGM3243	9BFYEAGBODBS469653	SUREG-RE	
178	13085662697	MITSUBISHI	L200	2013	2013	LRT5010	93XJNK8TD8C68834	SUREG-RE	
179	35056590789	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OHL7298	93XJNK8TDCC63342	SUREG-RE	

180	35056590556	MITSUBISHI	L200	2012	2013	PFY9482	93XJNK8TDCC62358	SUREG-RE	
181	35056590855	MITSUBISHI	L200	2013	2013	PGM8567	93XLNK8TECD86809	SUREG-RE	
182	35056590812	MITSUBISHI	L200	2013	2013	KIF8H42	93XJRK8TDCD81735	SUREG-RE	
183	35056590806	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	KIF8752	93XJRK8WDCD13667	SUREG-RE	
184	35056590807	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	KIF8762	93XJRK8WDCD13670	SUREG-RE	
185	35056590810	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	KIF8772	93XFRH77WEC85120	SUREG-RE	
186	35056590775	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	PES2382	93XFRH77WDCC75503	SUREG-RE	
187	35056590557	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	PFY9572	93XFRH77WDCC76592	SUREG-RE	
188	35056590558	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	PFY9832	93XFRH77WDCC76609	SUREG-RE	
189	35056590812	MITSUBISHI	L200	2013	2014	KIF8742	93XJRK8TDCD81735	SUREG-RE	
190	40056590634	MITSUBISHI	L200	2013	2014	OUT4809	93XSNK8TECD82383	SUREG-RE	
191	35056590970	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OYN5732	93XLNK8TECE87810	SUREG-RE	
192	35056590809	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	KIF8782	93XFRH77WEC85122	SUREG-RE	
193	35056590811	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	KIF8792	93XFRH77WEC85118	SUREG-RE	
194	35056590808	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	KIF8802	93XFRH77WEC85133	SUREG-RE	
195	35056590813	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	KIF8812	93XFRH77WEC85131	SUREG-RE	
196	35056590969	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	OYN5752	93XFRH77WECE88171	SUREG-RE	
197	35056590856	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	PGP9915	93XFRH77WEC87062	SUREG-RE	
198	35056590968	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	PGT2447	93XFRH77WECE88166	SUREG-RE	
199	35056590967	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	PGT2547	93XFRH77WECE88167	SUREG-RE	
200	35056590971	MITSUBISHI	L200	2014	2015	OYN5742	93XLNK8TECE87952	SUREG-RE	
201	35098560214	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PDQ3674	9BG144DK0FC411529	SUREG-RE	
202	35098560215	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PDQ3784	9BG144DK0FC409747	SUREG-RE	
203	65085461060	MITSUBISHI	L200	2019	2019	PRY7289	93XLJKL1TKCK20348	SUREG-RE	
204	65085461062	MITSUBISHI	L200	2019	2019	QTN2909	93XLJKL1TKCK20120	SUREG-RE	
205	65085461168	FORD	RANGER	2021	2022	RBR2A29	8AFAR23L2NJ266139	SUREG-RE	
206	65085461172	FORD	RANGER	2021	2022	RBS2E79	8AFAR23L3NJ266148	SUREG-RE	
207	40022338270	MITSUBISHI	L200	2010	2011	NYM7983	93XGNK740BCA75265	SUREG-SA	
208	40056590275	TOYOTA	HILUX	2011	2012	NZR0225	8AJFR22G9C4554865	SUREG-SA	
209	40056590294	TOYOTA	HILUX	2011	2012	NZR4951	8AJFR22G8C4555845	SUREG-SA	
210	40056590276	TOYOTA	HILUX	2011	2012	NZR8366	8AJFR22GXC4554874	SUREG-SA	
211	40056590277	TOYOTA	HILUX	2011	2012	NZT1162	8AJFR22G8C4554887	SUREG-SA	
212	40056590326	MITSUBISHI	L200	2011	2012	NZO6784	93XPNK740CCB85748	SUREG-SA	
213	40056590534	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OHL7218	93XJNK8TDCC63339	SUREG-SA	
214	40056590437	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OKT4477	93XJNK8TDCC61159	SUREG-SA	
215	40056590438	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OKT8339	93XJNK8TDCC61204	SUREG-SA	
216	55057370340	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2013	IUM2249	93XFRH77WDCD80893	SUREG-SA	
217	40056590635	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OUT4991	93XSNK8TECD82397	SUREG-SA	
218	40056590710	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OUY1834	93XJRK8TDC81757	SUREG-SA	
219	40056590809	MITSUBISHI	L200	2014	2014	OVC2717	93XLNK8TECE87690	SUREG-SA	
220	40056590593	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	OUX4518	93XFRH77WEC85137	SUREG-SA	
221	40056590810	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	OVC4158	93XFRH77WECE88653	SUREG-SA	
222	40056590812	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	OVC7703	93XFRH77WECE88282	SUREG-SA	
223	40056590811	MITSUBISHI	PAJERO	2014	2014	OVC9602	93XFRH77WECE88502	SUREG-SA	
224	40056590985	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PJC6295	9BG144DK0FC411986	SUREG-SA	
225	40098570127	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PJD3338	9BG144DK0FC411963	SUREG-SA	
226	40056590984	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	PJD9822	9BG144DK0FC409780	SUREG-SA	
227	60085661925	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9E87	93XSYKL1TMCL31825	SUREG-SA	

228	60085661929	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9E90	93XSYKL1TMCL31829	SUREG-SA	
229	50023207620	MITSUBISHI	L200	2009	2009	EEF3765	93XGNK7409C958054	SUREG-SP	
230	50023238260	GM CHEVROLET	MERIVA	2010	2010	DJL1685	98GXD75NOACI98377	SUREG-SP	
231	50023235910	FIAT	PALIO WEEKEND	2010	2010	DJL1693	9BD17307MA4311147	SUREG-SP	
232	50023250980	MITSUBISHI	L200	2010	2011	DJL1726	93XGNK740BCA73765	SUREG-SP	
233	11025710194	MITSUBISHI	L200	2012	2012	JJG5287	93XJNK8TCCC47128	SUREG-SP	
234	50056590160	FIAT	PALIO WEEKEND	2012	2012	DJL1512	9BD17307MC4374689	SUREG-SP	
235	50056590137	MERCEDES BENZ	SPRINTER	2011	2012	DJL1705	8AC903662CE053380	SUREG-SP	
236	50056590492	TOYOTA	HILUX	2012	2013	DJL1581	8AJDY22G1D7001475	SUREG-SP	
237	50056590468	TOYOTA	HILUX	2012	2013	DJL1593	8AJDY2267D7001402	SUREG-SP	
238	50056590555	MITSUBISHI	L200	2012	2013	OHL7258	93XJNK8TDCC63507	SUREG-SP	
239	50056590531	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1574	93XFRH77WDCC76604	SUREG-SP	
240	50056590532	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1579	93XFRH77WDCC76578	SUREG-SP	
241	50056590459	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1584	93XFRH77WDCC77209	SUREG-SP	
242	50056590460	MITSUBISHI	PAJERO	2012	2013	DJL1592	93XFRH77WDCC77207	SUREG-SP	
243	50056590925	MITSUBISHI	L200	2013	2014	DJL1583	93XLNK8TECD86773	SUREG-SP	
244	50056590917	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	DJL1573	93XFRH77WECD87142	SUREG-SP	
245	50056590926	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	FQC0875	93XFRH77WECD87155	SUREG-SP	
246	50056590916	MITSUBISHI	PAJERO	2013	2014	FQD4615	93XFRH77WECD87138	SUREG-SP	
247	50056591368	MITSUBISHI	L200	2018	2019	DAS3930	93XLKTKCJ16689	SUREG-SP	
248	60085661927	MITSUBISHI	L200	2020	2021	RFL9F13	93XSYKL1TMCL31809	SUREG-SP	
249	65085461167	FORD	RANGER	2021	2022	RBR1i59	8AFAR23L5NJ262456	SUREG-SP	
250	50098560102	GM CHEVROLET	S10	2014	2015	FJG5853	9BG144DK0FC411717	SUREG-SP	
251	EM LICITAÇÃO	TOYOTA	COROLLA HYBRID	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DAF	
252	EM LICITAÇÃO	TOYOTA	COROLLA HYBRID	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DAF	
253	EM LICITAÇÃO	CHEVROLET	ONIX	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DAF	
254	EM LICITAÇÃO	CHEVROLET	ONIX	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DAF	
255	EM LICITAÇÃO	CHEVROLET	ONIX	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DAF	
256	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
257	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
258	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
259	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
260	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
261	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
262	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
263	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
264	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
265	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
266	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
267	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
268	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
269	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
270	EM LICITAÇÃO	FIAT	TORO	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEGET	
271	EM LICITAÇÃO	MITSUBISHI	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM	
272	EM LICITAÇÃO	MITSUBISHI	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM	
273	EM LICITAÇÃO	MITSUBISHI	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM	
274	EM LICITAÇÃO	MITSUBISHI	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM	
275	EM LICITAÇÃO	MITSUBISHI	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM	

276	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
277	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
278	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
279	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
280	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
281	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
282	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
283	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
284	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
285	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
286	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
287	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
288	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
289	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
290	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
291	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
292	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
293	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
294	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM
295	EM LICITAÇÃO	mitsubishi	L200	2023	2023	EM LICITAÇÃO	EM LICITAÇÃO	DEREM

O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no art. 9º, inciso II, do Decreto nº [Decreto no 10.024, de 20/09/2019](#) cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO HENRIQUE DA SILVA ROSA, Técnico(a) em Geociências**, em 11/07/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [sei.sgb.gov.br/autenticidade](#), informando o código verificador **2138488** e o código CRC **94634C84**.





## MINUTA CONTRATO Nº 2189248

Processo nº 48086.005278/2023-00

Unidade Gestora: (preenchido pela DICONTE)

**MINUTA DE CONTRATO DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE VEÍCULOS PARA A FROTA, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM E A (PREENCHIDO PELA DICONTE).**

A **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**, Empresa Pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com as atribuições do **Serviço Geológico do Brasil**, com sede em Brasília/DF, no Setor Bancário Norte - SBN Quadra 02, Asa Norte, Bloco H – Edifício Central Brasília, CEP 70.040-904, e a (preenchido pela DICONTE), localizado na Rua Banco da Província, nº 105, Santa Teresa, Porto Alegre - RS, CEP: 90840-030, inscrita no **CNPJ/MF sob o nº (preenchido pela DICONTE)**, neste ato representada por seus Diretores, na forma de seu Estatuto Social vigente, doravante denominada simplesmente **CPRM**, e a (preenchido pela DICONTE), com sede na (preenchido pela DICONTE), inscrito no **CNPJ/MF sob o nº (preenchido pela DICONTE)**, Inscrição Estadual nº (preenchido pela DICONTE), neste ato representado por (preenchido pela DICONTE), inscrito no CNPJ/MF sob o nº \*\*\*.(preenchido pela DICONTE)-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, pelo presente instrumento, têm justo e contratado o objeto a seguir discriminado, licitado através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº (preenchido pela DICONTE)**, **PROCESSO Nº (preenchido pela DICONTE)**, a cujo Edital está vinculado este Contrato, sujeitas as partes às normas da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM e, subsidiariamente, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de Empresa, com registro regular na Superintendência de Seguros Privados- SUSEP, para prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, com assistência integral (24x7) em todo o território nacional, conforme especificações do Termo de Referência e seus anexos.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES**

2.1. As condições da execução do objeto são as constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**

3.1. O prazo de vigência deste Contrato é de **1 (um) ano**, contados a partir da data de sua última assinatura, podendo ser estendido, mediante Termos Aditivos, até a conclusão da execução do objeto contratual, nos termos do artigo 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - justificativa técnica da necessidade da prorrogação.
- II - demonstração da vantajosidade econômica da manutenção do ajuste.
- III - existência de previsão orçamentária para atender as despesas resultantes da prorrogação do prazo.
- IV - execução satisfatória das obrigações contratuais pela contratada.

V - manutenção da vantajosidade econômica para a CPRM, caso prorrogue a vigência do prazo contratual.

VI - manifestação expressa do interesse na prorrogação, pela contratada.

VII - manutenção das condições de habilitação da contratada, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista, bem como a inexistência de sanções impeditivas do direito de contratar da contratada.

VIII - existência de autorização da autoridade competente.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Cumprir fielmente o presente Contrato de forma que a execução do objeto ora avençada se realize em conformidade com as especificações e prazos exigidos e, sempre, sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, de acordo com o Termo de Referência.

4.2. Observar, durante a execução do objeto, o exato cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.

4.3. Observar, durante a execução dos serviços contratados, o fiel cumprimento das pertinentes leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que venham a vigor, sendo a única responsável pelas infrações eventualmente cometidas.

4.4. Assumir os ônus decorrentes de ações judiciais por prejuízos oriundos diretamente da execução de suas obrigações e que possam vir a ser imputados à CPRM, por terceiros.

4.5. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados diretamente à CPRM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, por ato ou omissão sua, de seus empregados e/ou prepostos.

4.6. Atender às notificações, feitas pela fiscalização, acerca de eventuais irregularidades, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da data de expedição da correspondência.

4.7. Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente sobre o presente ajuste, ficando eximida a CPRM de qualquer responsabilidade fiscal, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, assistenciais e comerciais, resultantes da execução do Contrato, além de licenças, seguro de acidentes de trabalho e outros obrigatórios.

4.7.1. Disponibilizar, sempre que requisitada pela fiscalização, toda documentação relativa ao pagamento e cumprimento das obrigações acessórias referentes a tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, assistenciais e acidentários relacionados com este Contrato.

4.8. Não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.9. Manter a CPRM, durante e após a vigência do Contrato, à margem de quaisquer reivindicações dos seus empregados, sendo, nesse particular e em quaisquer circunstâncias, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por si e/ou sucessores, por quaisquer ônus que venham a ser imputados à CPRM, em qualquer época, decorrentes de tais reivindicações ou reclamações, judiciais ou extrajudiciais.

4.10. A CONTRATADA deverá prestar serviço de assistência 24 (vinte e quatro) horas, por 07 (sete) dias de semana, para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros.

4.10.1. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

4.11. A CONTRATADA deverá possuir um meio de comunicação integralmente disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento durante todo o período de vigência contratual.

4.12. Disponibilizar as apólices em até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura do Contrato, contendo as seguintes informações:

4.12.1. Identificação do veículo contendo placa, marca, modelo, ano de fabricação, ano de modelo e chassi;

4.12.2. Valor do Prêmio;

4.12.3. Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes no Termo de Referência;

4.12.4. Documento de cobrança;

4.13. A CONTRATADA deverá ser emitir uma apólice, um valor de prêmio e um documento de cobrança (boleto bancário) para cada veículo segurado.

4.14. Indicar o nome e o telefone do responsável pelo Contrato, bem como um canal de atendimento gratuito disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para acionamento de emergência. Cada ocorrência registrada deverá gerar, automaticamente, um número de protocolo vinculado ao atendimento.

- 4.15. Informar a Razão Social e o CNPJ da Seguradora e da Corretora, se for o caso, bem como seus respectivos registros na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- 4.16. Comunicar ao CPRM, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários.
- 4.17. Na hipótese do inadimplemento do item anterior, a CONTRATADA será notificada para regularizar a situação, sob pena de rescisão do Contrato, além das penalidades cabíveis.
- 4.18. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, principalmente em caso de modificação de endereço, sob pena de infração contratual.
- 4.19. Ocorrendo sinistro, realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, a CPRM poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- 4.20. Enviar mensalmente à CPRM um relatório detalhando os atendimentos, cuja estrutura será acordada com o(a) Gestor(a) do Contrato
- 4.21. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente.
- 4.22. Conhecer e cumprir o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM ([www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo\\_etica.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf)).
- 4.23. Manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## 5. **CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CPRM**

- 5.1. Nomear um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato.
- 5.2. Indicar o local da execução do objeto, seu prazo e suas especificações, conforme o Termo de Referência.
- 5.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 5.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da aplicação de eventual penalidade, estabelecida no Contrato.
- 5.5. Efetuar o pagamento referente ao objeto contratado de acordo com os preços e a forma estabelecidos no Contrato, após a devida aprovação do objeto executado.
- 5.6. Atestar as respectivas Notas Fiscais Eletrônicas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.
- 5.7. Assegurar-se da boa execução do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho e documentando as ocorrências havidas.
- 5.8. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado que esteja em desacordo com as respectivas especificações.
- 5.9. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela CPRM, não devem ser interrompidos.
- 5.10. Emitir pareceres sobre os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.
- 5.11. Prestar as informações e os esclarecimentos porventura necessários.
- 5.12. Reter os pagamentos devidos à CONTRATADA em caso de inexecução do objeto contratual, ou em caso de inexecução a contento do objeto contratual.

## 6. **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO**

- 6.1. Os Preços (Prêmios de Seguro) para o período de 1 (um) ano, por veículo, estabelecidos para plena execução dos serviços são aqueles constantes da Proposta da CONTRATADA, anexa ao presente ao contrato.
- 6.2. O valor global do presente contrato é de R\$ **(preenchido pela DICONT) (preenchido pela DICONT)**, correspondente ao somatório dos valores unitários indicados na Proposta, em anexo.
- 6.2.1. No preço citado acima já estão computados todos os custos diretos e indiretos, tais como: o salário, os tributos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, seguros, valor a título de alimentação, vale-transporte, na forma da lei, materiais a serem utilizados, mão de obra; fretes, lucro, BDI etc.
- 6.3. A CPRM não pagará qualquer taxa ou valor além do mencionado na Proposta da CONTRATADA, após a conclusão da execução do objeto.

## 7. **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será realizado pelo objeto, efetivamente, executado e aprovado pela fiscalização e observará os preços registrados na proposta de preços, parte integrante deste Contrato, independente de transcrição.

7.2. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, somente após a efetiva execução dos serviços e aprovação do objeto do Pregão e até o 10º (décimo) dia útil após a data do peticionamento eletrônico da Nota Fiscal (conforme abaixo), acompanhada dos documentos que comprovam a manutenção das condições de habilitação e recibo, atestado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, onde ocorrerá a execução do(s) serviço(s), conforme o Termo de Referência.

7.2.1. O pagamento poderá ser realizado em parcelas, a título de contraprestação pelo serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência.

7.2.2. Em caso de serviço executado de forma parcelada, quando previsto no Termo de Referência, a realização do pagamento parcelado observará o procedimento descrito nesta cláusula, contemplando a execução, o recebimento e a aprovação de cada parcela do objeto.

7.3. A apresentação da Nota Fiscal de Serviço eletrônica - NFS-e e do recibo emitido pela CPRM deverá ocorrer sempre em conjunto e exclusivamente por meio do peticionamento eletrônico pela CONTRATADA no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, utilizando a funcionalidade de Peticionamento de Processo Novo e o tipo de processo "Gestão de Contrato: Processo de Pagamento".

7.4. Para que o peticionamento eletrônico seja possível é impreterível que o representante da CONTRATADA possua cadastro como Usuário Externo no SEI da CPRM liberado, sendo de sua responsabilidade realizar o referido cadastro, conforme suas normas próprias, acessando a opção "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" na página de Acesso Externo do SEI disponibilizado no seguinte endereço: <http://www.cprm.gov.br/publique/Acesso-a-Informacao/Sistema-Eletronico-de-Informacoes--SEI-311>.

7.5. Caso o peticionamento eletrônico no SEI da CPRM não esteja disponível, a CONTRATADA deverá encaminhar a documentação por *e-mail* ou por outra forma definida pelo representante da CPRM.

7.6. Toda a comunicação entre a CONTRATADA e a CPRM deverá ser realizada por meio de peticionamento eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da CPRM, observada a exceção prevista acima.

7.7. A CPRM poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, em caso de inexecução parcial ou total do objeto.

7.8. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

7.9. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = Valor da prestação em atraso.

7.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

8.1. O objeto do presente Contrato será recebido:

a) O objeto será recebido provisoriamente, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

b) O objeto será recebido definitivamente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento de todas as exigências do Termo de Referência e deste Contrato.

8.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o Termo de Referência e com este Contrato.

8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade civil da CONTRATADA, pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Contrato.

8.4. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por representante(s) da CPRM, que anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto e determinará o que for necessário para regularizar as falhas ou defeitos observados.

## 9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do objeto do presente Contrato será fiscalizada pela CPRM, através de representante designado, consoante o Termo de Referência.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES**

10.1. A CONTRATADA, em caso de cometimento de infrações, estará sujeita às seguintes sanções, nos termos do artigo 167 do [Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM](#):

10.1.1. Advertência.

10.1.2. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de conclusão do objeto, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.3. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado e rejeitado, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.4. Multa moratória de até 1% (um por cento) por dia, em caso de descumprimento do prazo de repetição do objeto prestado desconforme as especificações deste instrumento, do Termo de Referência ou da Proposta, sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento).

10.1.5. Multa não compensatória de até 20% (vinte por cento), por inexecução total ou parcial, sobre o valor global do Contrato, que poderá ser rescindido.

10.1.6. Multa de até 5% (cinco por cento) em caso de cometimento de fraude fiscal.

10.1.7. A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas acima estará sujeita à penalidade de Impedimento de licitar e de contratar com a CPRM, pelo prazo de até 2 (dois) anos.

10.1.7.1. O impedimento de licitar e de contratar com a CPRM resultará em descredenciamento no SICAF pelo mesmo prazo.

10.1.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de suspensão e impedimento.

10.1.9. As penalidades previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA pelas perdas e danos diretos e indiretos.

10.1.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

10.1.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o disposto na Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

10.1.12. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos ou cobradas administrativa ou judicialmente, conforme o caso.

10.1.13. A autoridade competente, na apuração dos fatos, poderá aceitar as justificativas apresentadas, a seu critério e, na eventual aplicação da(s) penalidade(s), considerará a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da penalidade, bem como o dano causado à CPRM, observado o princípio da proporcionalidade.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL**

11.1. São formas de extinção do vínculo contratual:

11.1.1. Distrato ou Resilição Bilateral.

11.1.2. Denúncia ou Resilição Unilateral.

11.1.3. Resolução.

11.1.4. Rescisão Judicial ou Arbitral.

11.1.5. Conclusão total da execução do objeto contratado.

11.2. O Distrato ou Resilição Bilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por mútua vontade das partes.

11.3. A Denúncia ou Resilição Unilateral é a forma de extinção do vínculo contratual por vontade unilateral de uma das partes, sem que tenha ocorrido inadimplemento da outra parte.

11.4. A Resolução é a forma de extinção do vínculo contratual que pressupõe a inexecução das obrigações contratuais.

11.5. A Rescisão Judicial é a forma de extinção do vínculo contratual quando houver lesão impossível de ser restaurada pelas partes.

11.6. A Execução total do objeto contratado é a forma de extinção natural do vínculo contratual.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO**

12.1. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, o presente Contrato.

12.2. A CONTRATADA não poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos, de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do presente Contrato, salvo com autorização prévia e por escrito da CPRM.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar os serviços.

13.2. A CONTRATADA poderá subcontratar parte dos serviços, desde que previsto no Termo de Referência.

13.3. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA obriga-se a comunicar à CPRM a intenção de subcontratar parte do objeto, sendo que tal subcontratação dependerá de aprovação prévia e expressa da CPRM, que ocorrerá somente na hipótese prevista na subcláusula acima.

13.3.1. Em nenhuma hipótese o faturamento do(s) Subcontratado(s) poderá ser feito diretamente em nome da CPRM devendo ser feito diretamente à CONTRATADA que será a única e exclusiva responsável pelo pagamento devido ao(s) respectivo(s) Subcontratado(s).

13.3.2. Na hipótese de subcontratação de parte do objeto, a CONTRATADA responsabilizar-se-á, perante a CPRM, por sua direção, execução, qualidade, fiscalização, integral e obrigatória observância de todos os termos, cláusulas, obrigações e condições deste Contrato.

13.3.3. A responsabilidade da CONTRATADA por serviços executados por Subcontratados por ela contratados é integral e solidária, abrangendo inclusive as obrigações por acidentes gerais e do trabalho e os encargos e deveres de natureza trabalhista, previdenciária e tributária.

13.3.4. Nenhuma cláusula contida nos contratos entre a CONTRATADA e seus Subcontratados se constituirá em vínculo contratual entre a CPRM e a CONTRATADA ou entre a CPRM e os Subcontratados.

13.3.5. Em hipótese alguma a CPRM se responsabilizará por quaisquer obrigações pactuadas entre a CONTRATADA e os Subcontratados.

13.3.6. Em todas as hipóteses, sempre que a CONTRATADA se utilizar de Subcontratados deverá fornecer à CONTRATANTE cópias autenticadas dos contratos celebrados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data da respectiva celebração do contrato.

13.4. Sempre que lhe for solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar à CPRM os comprovantes de recolhimentos de encargos trabalhistas e previdenciários referentes à mão de obra dos Subcontratados. No caso do não fornecimento de qualquer dos comprovantes antes mencionados, ou na hipótese de ser verificada qualquer irregularidade, será facultado à CPRM exigir que seja imediatamente rescindida a subcontratação, sem prejuízo de poder pleitear da CONTRATADA a reparação das irregularidades encontradas.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS**

14.1. Os recursos necessários para os pagamentos do objeto deste Contrato, foram provisionados no orçamento da CPRM, para o exercício de [\(preenchido pela DICONTE\)](#), na seguinte classificação:

- Programa de Trabalho: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Natureza da Despesa: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Fonte: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Centro de Custo: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Processo nº: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)
- Nota de Empenho nº: [\(preenchido pela DICONTE\)](#)

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUPERVISÃO DO CONTRATO**

15.1. A designação do Gestor do Contrato, do fiscal e de um suplente caberá ao **Departamento de Administração de Material e Patrimônio - DEAMP**, indicados através de ofício.

15.2. A CONTRATADA deverá designar e indicar um supervisor por procuração que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos funcionais, técnicos e legais, conforme a previsão do art. 173 do Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE**

16.1. Será admitido o reajustamento dos preços, mediante reajuste dos prêmios, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data prevista para apresentação da proposta, com base na variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor AMPLO-IPCA, e calculada com base no último mês anterior ao vencimento do Contrato.

16.2. O reajuste mencionado nesta cláusula não será automático e dependerá de prévia manifestação formal da CONTRATADA.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

17.1. O Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, conforme o Regulamento de Licitações e Contratos da CPRM.



17.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

17.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido acima, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes.

#### 18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO COMPROMISSO ANTICORRUPÇÃO**

18.1. A CONTRATADA se obriga a se relacionar com a Administração Pública com ética, respeito e profissionalismo, não recebendo qualquer forma de vantagem ou favorecimento, nem oferecendo suborno ou praticando quaisquer atos de corrupção com o intuito de exercer influência sobre qualquer agente ou dirigente público ou entidades públicas nacionais ou estrangeiras com o fim de obter ou manter negócio para si próprio, para terceiros ou em favor da CPRM. A CONTRATADA declara-se ciente de que não serão tolerados quaisquer comportamentos antiéticos ou contrários às normas nacionais ou internacionais anticorrupção aplicáveis às atividades da presente contratação, incluindo-se, mas não se limitando à Lei nº 12.846, de 01/08/2013.

#### 19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO ANTINEPOTISMO**

19.1. A CONTRATADA não possui administradores e/ou sócios dirigentes com vínculo familiar com agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, bem como se obriga a não utilizar, na execução dos serviços, empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na CPRM, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/10.

#### 20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DECLARAÇÕES DA CONTRATADA**

20.1. A CONTRATADA declara sob as penas da Lei que:

20.1.1. O signatário infra-assinado possui o poder de firmar o presente Contrato e cumprir as obrigações dele decorrentes.

20.1.2. Possui todas as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis necessárias para a celebração do presente Contrato e para execução de todas as obrigações dele decorrentes.

20.1.2.1. O disposto acima contempla as licenças, autorizações, certificações e aprovações aplicáveis aos empregados, prepostos e/ou subcontratados envolvidos na execução do objeto contratado.

20.1.3. Não violará quaisquer direitos de Propriedade Intelectual de terceiros na execução de suas obrigações decorrentes do presente Contrato.

20.1.4. Reconhece que as prestações e responsabilidades assumidas são manifestamente proporcionais e que possui experiência e expertise nas atividades que lhe competem por força deste Contrato.

20.1.5. Possui suficiência para a execução do objeto e fornecimento dos materiais, ferramentas e mão de obra necessários à conclusão do objeto contratado no preço ajustado, o qual deverá cobrir inclusive todas as suas obrigações contratuais com relação a fornecimento e estocagem de material, utilização de equipamentos, transportes, instalações de apoio, canteiro, instalações, telefonia, mão de obra, impostos, taxas e emolumento, diretos ou indiretos e tudo o mais que for necessário à execução e manutenção dos serviços.

20.1.6. Conhece e cumprirá o Código de Conduta, Ética e Integridade disponível no sítio eletrônico da CPRM ([www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo\\_etica.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf)).

#### 21. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS**

21.1. As partes se comprometem a:

21.1.1. Proteger os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma disposta na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.2. Assegurar a titularidade dos dados pessoais de toda pessoa natural, garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.3. Tratar, usar e eliminar os dados pessoais relacionados ao presente Contrato na forma da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.1.4. Realizar o tratamento dos dados pessoais observando os princípios da boa-fé, da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso, da qualidade dos dados, da transparência, da segurança, da prevenção, da não discriminação, da responsabilização e prestação de contas.

21.1.5. Facilitar, ao titular, o acesso às informações sobre o tratamento dos seus dados.

21.1.6. Tratar os dados sensíveis somente nas hipóteses legais.

21.1.7. Tratar os dados pessoais de crianças e de adolescentes em seu melhor interesse, nos termos da legislação pertinente.

21.1.8. Eliminar os dados pessoais, após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, autorizada a conservação para as finalidades dispostas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.2. Para os fins desta cláusula, todas as terminologias e expressões referentes a dados pessoais estão reguladas pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

21.3. Salvo nova definição legislativa superveniente, “dado pessoal” é toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

21.4. Salvo nova definição legislativa superveniente, “tratamento” é toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. As partes contratantes elegem desde já para dirimir as questões oriundas deste instrumento o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro, de preferência a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Integram o presente Contrato, para todos os fins de direito, o Termo de Referência e a Proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de **(preenchido pela DICONTE)**, devidamente rubricados, independente de transcrição.

23.2. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Contrato, prevalecerá este último.

23.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CPRM, garantida a eficácia das Cláusulas.

23.4. A assinatura deste termo pelo representante da CONTRATADA, pressupõe declarada, de forma inequívoca, a sua concordância, bem como o reconhecimento da validade e do aceite ao presente documento.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **VANESSA SOARES FRANCISCO, Chefe da Divisão de Contratos**, em 15/08/2024, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [sei.sgb.gov.br/autenticidade](http://sei.sgb.gov.br/autenticidade), informando o código verificador **2189248** e o código CRC **B6A748F2**.

## TERMO DE VISTORIA

Declaro, para fins de cumprimento do subitem 13.9, do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_, que a Seguradora \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, inspecionou os veículos a serem segurados visando a aceitação do risco, para verificação das características e do estado de conservação dos veículos, com a finalidade de efetuar uma avaliação das condições dos serviços.

LOCAL E DATA.

Pela CPRM:

\_\_\_\_\_  
—

Pela LICITANTE:

\_\_\_\_\_  
—

Local e data.

Pela CPRM: \_\_\_\_\_

Pela empresa licitante: \_\_\_\_\_

a ser preenchido pela empresa licitante.

## **MODELO DE DECLARAÇÃO DE PREFERÊNCIA PELA NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro, para fins do disposto no subitem 13.9 do Edital, que a Seguradora \_\_\_\_\_, representada pelo Sr. \_\_\_\_\_, manifesta a sua preferência por não realizar a vistoria, assumindo, portanto, os riscos de uma avaliação menos acurada sobre a prestação do serviço; manifesta, outrossim, o conhecimento de todas as condições para a prestação do serviço, bem como a plena ciência de que não se admitirá, posteriormente, qualquer alegação de seu desconhecimento.

Local e data.

---

(Nome – Identidade – CPF/CNPJ do declarante)

a ser preenchido pela empresa licitante.